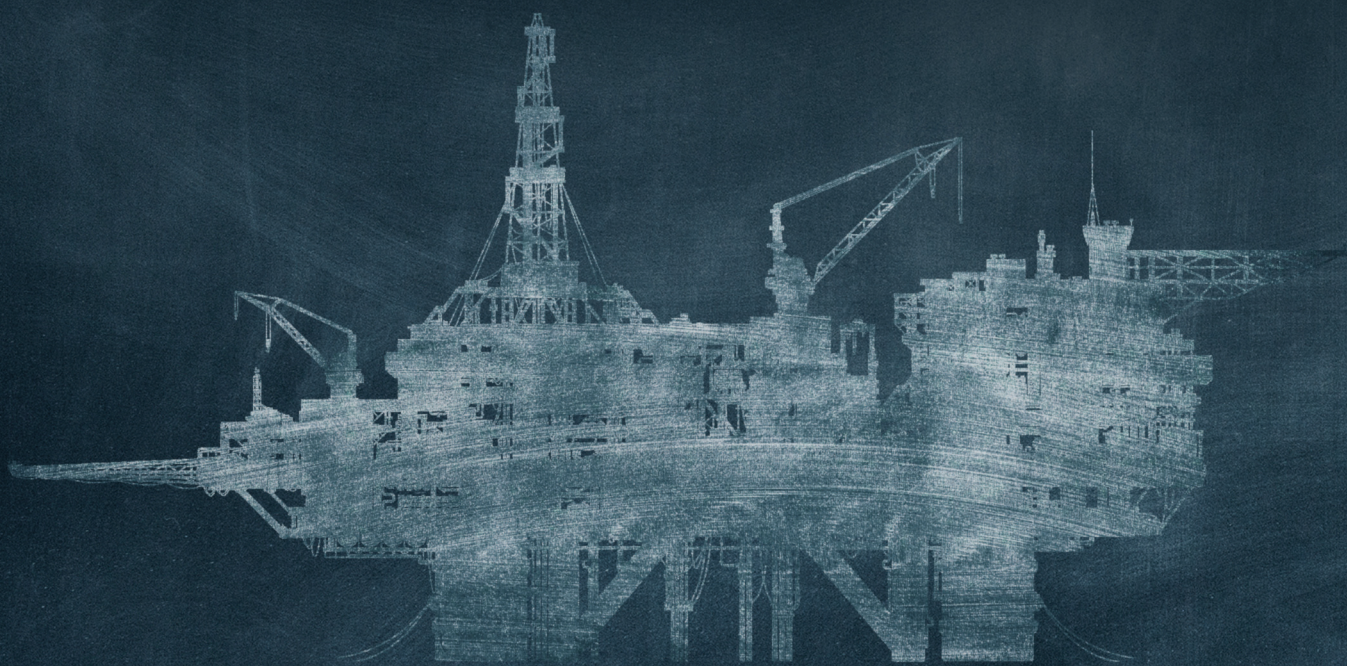


CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI – Edição Especial Petróleo e Gás
Maio de 2015

POLÍTICA INDUSTRIAL: CAMINHO PARA DESENVOLVER O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS



Sistema FIRJAN | www.firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

POLÍTICA INDUSTRIAL: UM MOMENTO DE AVALIAÇÃO

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Sistema FIRJAN

Considerando a dimensão do potencial exploratório de petróleo e gás no país e os volumes financeiros envolvidos, o ritmo dos investimentos no Brasil está aquém do esperado pelo mercado. Hoje, vivemos um momento decisivo para a adoção de novas e significativas medidas de apoio ao setor.

É fundamental, diante da existência de uma riqueza no país, vontade política para desenvolvê-la; o que significa muito mais do que sua simples exploração. Em um sentido amplo, é criar condições para que essa riqueza possa ser revertida em desenvolvimento socioeconômico. Daí a importância de uma política industrial que tenha como objetivo a estruturação de um parque industrial competitivo, sustentável e tecnologicamente alinhado à realidade internacional.

A adoção de uma Política Industrial para Petróleo e Gás requer uma profunda avaliação do cenário atual e deve estar focada tanto no desenho de medidas de cunho setorial, como permitir previsibilidade de demanda a partir da regularidade dos leilões, como na implementação de medidas que tenham como objetivo garantir condições de competitividade para as empresas já atuantes nesse mercado e para os novos investimentos. Tanto questões regulatórias quanto de

governança das empresas públicas e privadas são gargalos que precisam ser tratados.

A abertura de mercado é crucial para o desenvolvimento, pois, ao estimular a maior participação de outras empresas operadoras na exploração e produção de petróleo e gás, nossa indústria torna-se menos vulnerável. Para tanto, também é necessário o estabelecimento de um calendário definido e contínuo de Rodadas

de Licitação de Blocos Exploratórios, amparando a tomada de decisão dos investimentos pela indústria, garantindo escala e perenidade.

Além disso, o governo deve garantir benefícios e incentivos oferecidos para a indústria, levando em consideração

segmentos prioritários e suas especificidades, estabelecendo ações e metas de curto, médio e longo prazos, que viabilizarão, assim, seu desenvolvimento sustentável.

A bandeira do Sistema FIRJAN é pela atenuação dos impactos do atual cenário para a indústria, a principal geradora de emprego e renda no País. Portanto, é oportuna a atuação conjunta entre diferentes entidades do mercado para a reestruturação da política, de modo a dar robustez e amplitude à defesa de interesses do setor.

Vivemos um momento decisivo para a adoção de novas e significativas medidas de apoio ao setor

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abilio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Energia: Armando Guedes Coelho

Gestão Estratégica para Competitividade:

Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Presidente de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Geraldo Coutinho

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editora Executiva: Kelly Nascimento

Redação: João Penido

Revisão: Geraldo Pereira

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação:

Paula Barrenne

Assessoria de Imprensa:

Lorena Storani

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

O presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), **Mauro Ribeiro Viegas Filho**, explica que a contratação da engenharia básica de projetos na área de petróleo e gás precisa ser aberta às empresas brasileiras. Isso levaria ao desenvolvimento da cadeia nacional de fornecedores e estimularia sobremaneira o conteúdo local.

Antonio Batalha



HORA DE INVESTIR EM ENGENHARIA BÁSICA

CARTA DA INDÚSTRIA – O que se entende por um projeto de engenharia básica no setor de petróleo e gás?

MAURO RIBEIRO VIEGAS FILHO – É na etapa da engenharia básica que são definidos os parâmetros gerais do empreendimento, fundamentados na identificação das necessidades do cliente. Nessa fase é que se realiza o dimensionamento da unidade a ser construída, seja uma refinaria ou um navio-plataforma. A empresa de engenharia contratada especifica os equipamentos principais, procurando identificar, na cadeia de fornecedores, as condições para atendimento aos requisitos técnicos e detalha os sistemas e processos necessários ao empreendimento.

CI – A engenharia brasileira atingiu um nível de excelência na elaboração de projetos executivos, mas o mesmo não se pode dizer da engenharia básica. Por que esse descompasso?

MRVF – O descompasso foi gerado pelo fato de o principal contratante do mercado, a Petrobras, ter optado por desenvolver primordialmente os projetos básicos internamente, por intermédio do Centro de Pesquisas (Cenpes). Nas poucas oportunidades ocorridas, a Petrobras optou por contratar, preferencialmente, no mercado de engenharia internacional.

CI – Países desenvolvidos prezam pela valorização da engenharia básica. O que falta para o Brasil seguir o exemplo?

MRVF – Basicamente, que a contratação seja efetivamente aberta às empresas brasileiras. É fato que, em razão do baixo volume de contratação de empresas brasileiras de engenharia básica para o setor de petróleo

e gás nos últimos 15 anos, será necessária a ampliação da quantidade e qualidade de profissionais para atender a demanda que está por vir. Entretanto, não é por falta de capacitação das empresas. Nas décadas de 1980 e 90, as empresas brasileiras desenvolveram engenharia básica para diversos segmentos industriais, inclusive o de petróleo e gás.

CI – Quais são as vantagens de se fazer no Brasil a engenharia básica de um projeto, como, por exemplo, o de uma plataforma de petróleo?

MRVF – A principal vantagem é o desenvolvimento da cadeia nacional de fornecedores. A realização da engenharia básica no Brasil estimularia sobremaneira o conteúdo local, seja quanto à fabricação de equipamentos seja quanto à prestação de serviços. As empresas de engenharia de projeto brasileiras especificarão preponderantemente equipamentos nacionais, e nossa indústria procurará se desenvolver continuamente para atender a demanda.

CI – Como deveria ser promovida a engenharia básica no Brasil?

MRVF – Já há diversas iniciativas nesse sentido, seja por meio do Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo e Gás Natural (Prominp) ou, mais recentemente, via Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com o desenvolvimento de um programa especialmente focado no setor de exploração e produção. As diversas associações de classe já participam dessas iniciativas, e temos esperança de que, em um futuro próximo, os primeiros projetos de engenharia básica serão contratados no Brasil.

SETOR DE PETRÓLEO E GÁS PRECISA DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL ESPECÍFICA

O setor de petróleo e gás sofre hoje uma estagnação nos investimentos. Dada a sua grande participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, torna-se necessário estabelecer uma política industrial estruturada e específica para o setor.

“É preciso atuar de forma coordenada nos principais gargalos que dificultam a indústria a atingir competitividade do ponto de vista global. Uma política para o setor deve incluir temas como tecnologia e inovação, recursos humanos, tributos e financiamento, primando por estímulos e não por penalidades”, afirma o diretor geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Eloi Fernández y Fernández.

Para o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, é necessário estruturar um calendário com as rodadas de licitação: “Essa política específica deve permitir previsibilidade de demanda para a indústria”.

“Para se fabricar um equipamento para daqui a três anos, em alguns casos, é preciso começar hoje. A falta de previsibilidade dificulta o aumento da base industrial e, conseqüentemente, as iniciativas de investimento”, complementa Raul Sanson, vice-presidente da Federação.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) também defende a medida. Antonio Guimarães, secretário executivo de Exploração e Produção da entidade, diz que é preciso construir uma agenda positiva para tornar o país mais atrativo aos investimentos das empresas de petróleo e gás. “A construção dessa agenda positiva passa por vários elementos importantes, como a criação de um



Banco de imagem/iStock

A política específica para o setor deve incluir temas como tecnologia, inovação, recursos humanos, tributos e financiamentos

calendário fixo de rodadas, a celeridade nos processos de licenciamento ambiental e a revisão do regulamento que disciplina a aplicação dos recursos em pesquisa e desenvolvimento pelas operadoras”, afirma.

Eloi Fernández considera que, no âmbito dessa política específica, o estabelecimento de percentuais mínimos de conteúdo local se incluiria como uma ferramenta relevante e mais eficaz. “O conteúdo local tem papel importante quando é parte de uma política industrial estruturada na busca da competitividade. Apenas com o viés de reserva de mercado, não existe sustentabilidade. Por isso, deveria incorporar parâmetros de incentivo ao investimento, com conseqüente aumento da oferta no país”.

Guimarães também defende a adoção de medidas de fomento ao conteúdo local como parte de uma política de desenvolvimento industrial baseada em incentivos, e não em penalidades. “Governo e empresas devem investir na criação de capacidade nova para atender à

demanda de bens e serviços em bases internacionalmente competitivas. Para tanto, o modelo vigente de conteúdo local deve ser aperfeiçoado, para refletir os atuais desafios e superar os gargalos hoje existentes no setor”, assinala.

Por sua vez, o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, alerta para os percentuais de conteúdo local, em contraponto ao cumprimento dos compromissos assumidos pelas operadoras. “Divulgam que o percentual médio nos campos de petróleo é de 65%, mas isso não representa a prática. No setor de máquinas e equipamentos, o percentual não chega a 15%”, exemplifica. Segundo Velloso, o percentual não revela a efetiva participação da indústria de transformação nos empreendimentos, que fica aquém dos valores divulgados.

Eloi Fernández ressalta que “as empresas de petróleo preferem cumprir o conteúdo nacional. No entanto, esse cumprimento não deve provocar aumento de custos significativos. Além disso, as multas podem inviabilizar financeiramente os empreendimentos”.

Ainda em relação ao conteúdo local, Velloso afirma que o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação (Repetro), que permite a importação de equipamentos sem a incidência de tributos federais, tem um efeito nefasto sobre a competitividade da indústria brasileira. “No setor de óleo e gás, as máquinas importadas são menos oneradas que as nacionais. Sendo assim, o Repetro se traduz em um instrumento do governo federal que tende a anular todo o esforço de conteúdo local”, assinala.

Velloso defende que a Petrobras volte a contratar fornecedores diretamente, como fazia no passado. “A engenharia básica dos projetos deve ser desenvolvida



“A obrigatoriedade de operador único no pré-sal dificulta a atração de investimentos para o país”

Eloi Fernández y Fernández
Diretor geral da Onip

participante que vence oferecendo o valor mínimo”, alerta Eloi Fernández.

De fato, o primeiro e único leilão para exploração de petróleo no pré-sal foi o da área de Libra, em outubro de 2013. O consórcio formado por Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC, único a apresentar proposta, arrematou a área com a proposta mínima prevista no edital, que era de repassar à União 41,65% do excedente em óleo extraído do campo.

Quando considerada a rede de fornecedores, acrescenta Eloi Fernández, a lógica do Operador Único somente reforça a lógica do Cliente Único, caminho contrário à competitividade e à internacionalização dos fornecedores.

A descoberta do pré-sal seria um impulso maior para a competitividade no mercado interno. Quando o governo estabelece a Petrobras como Operadora Única, ele

por engenheiros brasileiros a partir dos quais a Petrobras licitaria as compras de máquinas junto aos fabricantes. As empreiteiras deixariam de ser epecistas e voltariam à sua vocação inicial, de montagem industrial”, sugere. O termo epecistas deriva da sigla EPC: são empreiteiras e estaleiros contratados para fornecer às operadoras serviços de Engenharia (E), Suprimentos (P de Procurement) e Construção (C).

MODELO DE PARTILHA

O diretor geral da Onip considera que o modelo de partilha para a produção no pré-sal, em si, não constitui um problema para o país. Entretanto, a obrigação de a Petrobras ser operadora única com percentual mínimo de 30% de participação nos blocos dificulta a atração de investimentos para o país. “Sempre que a Petrobras participar de leilões desse tipo, os resultados serão idênticos ao da licitação do campo de Libra, com um único consórcio

retrocede. “As descobertas no Brasil são relevantes, e deveríamos ter como uma das prioridades o estabelecimento de parcerias com ênfase em tecnologia. No entanto, para isso, necessitamos recuperar a confiança do setor no Brasil”, avalia.

Antonio Guimarães, do IBP, assinala que há uma série de oportunidades para aumentar a atratividade do modelo de partilha. “Na nossa visão, um cenário de múltiplos operadores permitiria maior competição e, conseqüentemente, um aumento dos investimentos e mais incentivos à inovação em indústrias de tecnologia de ponta”.

IMPACTO DA PETROBRAS

Raul Sanson considera que a cadeia produtiva de petróleo e gás vive hoje sua maior crise, em decorrência da acentuada queda nos preços do petróleo no mercado internacional e do estado de paralisia pelo qual passa a Petrobras. “A empresa está adiando a tomada de decisões importantes, o que deixa toda a cadeia produtiva sem poder planejar suas próximas ações. Esse é o lado negativo de se ter um Operador Único”, diz o vice-presidente da FIRJAN.

Segundo Sanson, a Petrobras reduziu drasticamente seus investimentos. No primeiro bimestre deste ano, os valores dos contratos recuaram cerca de 50% em relação ao mesmo período de 2014. Além da redução dos valores de despesa de capital (Capex) e operacional (Opex), a Petrobras divulgou um Plano de Desinvestimento da ordem de US\$ 13,7 bilhões, que prevê a venda de ativos nas áreas de Gás e Energia, Abastecimento e Exploração e Produção nos anos de 2015 e 2016.

A paralisia da Petrobras, conjugada com a inadimplência que vem aumentando no setor, está deixando sem pagamento inúmeros fabricantes de máquinas e equipamentos e prestadores de serviços, assinala Sanson.

Guarim de Lorena



“A opção por afretamento de navios, supply boats e plataformas no mercado internacional está ganhando força”

Raul Sanson
Vice-presidente do Sistema FIRJAN

desenvolvendo a produção de óleo e gás no pré-sal, a opção por afretamento de navios, *supply boats* e plataformas no mercado internacional ganha força, em detrimento da construção no país. Nesse caso, a Petrobras aumentaria seu volume de despesas e reduziria os investimentos.

Caso esse cenário se concretize, adverte o empresário, o efeito maior seria sobre a construção naval brasileira, com a interrupção de investimentos já iniciados. “Sendo o afretamento o caminho a seguir, a participação da indústria nacional deve ser mantida com a garantia de oportunidades para o contínuo desenvolvimento da cadeia produtiva no país”, enfatiza.

Sanson considera que, para lidar com a crise, é necessário estabelecer um pacto entre a iniciativa privada, o governo e a Petrobras, para resgatar a confiança e “colocar a roda para rodar de novo, mesmo que devagar”.

Velloso acredita que esse quadro de crise pode levar várias empresas a fechar portas ou entrar com pedido de recuperação judicial. “Temos empresas que forneceram máquinas para os epecistas e não receberam; empresas com fabricação em curso que temem não receber; e empresas que precisam renovar suas carteiras, mas não conseguem fazê-lo, pois o mercado se fechou”, afirma o secretário executivo da Abimaq.

De acordo com Velloso, essa questão começou quando a Petrobras decidiu não mais aceitar aditivos aos contratos: “As empreiteiras dizem que têm dinheiro a receber da Petrobras. Esta, por sua vez, alega que já pagou o que era devido. Quando os fabricantes de máquinas vão cobrar dos epecistas, eles alegam que não podem pagar porque a Petrobras não lhes paga”, explica.

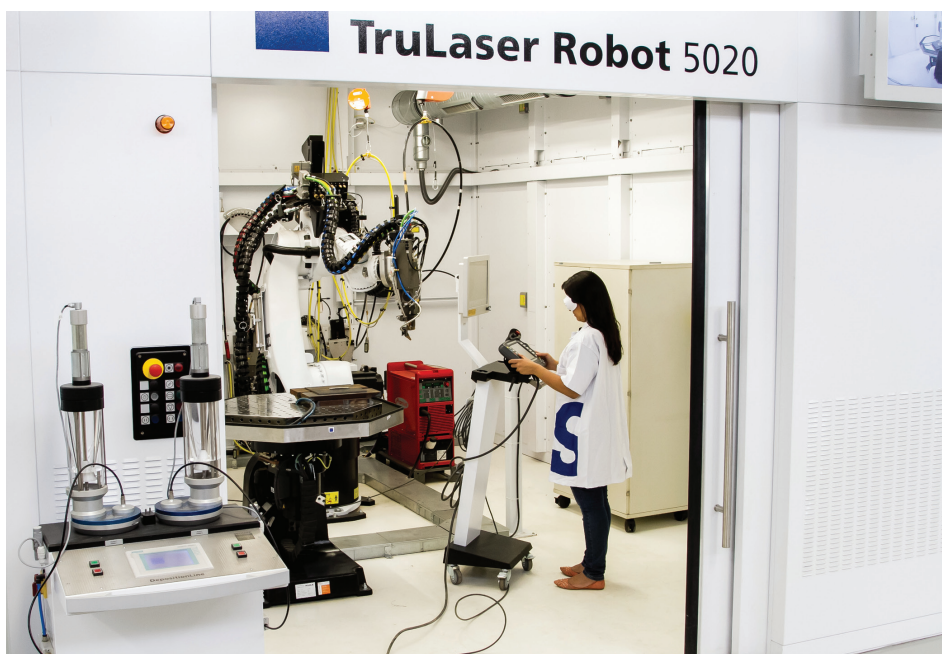
Um agravante, acrescenta Sanson, é que, para seguir

INOVAÇÃO AVANÇA COM PROJETOS ESTRUTURANTES

O Sistema FIRJAN desenvolve, por intermédio dos Centros de Tecnologia SENAI (CTS), diversos projetos estruturantes na área de inovação. Um dos principais setores atendidos nesses projetos é o de petróleo e gás. Três CTSs atendem ao segmento: o Ambiental, o Solda, e o Automação e Simulação.

Bruno Gomes, diretor de Inovação do Sistema FIRJAN, explica que para se ter uma visão das principais tendências tecnológicas nos diversos setores industriais, em um horizonte de cinco anos, a FIRJAN elabora o RoadMap, um planejamento por rotas tecnológicas. "As diversas rotas sustentam o desenvolvimento tecnológico dos CTSs na área de inovação e tecnologia. Temas como tratamento de resíduos, manufatura digital e corrosão são plataformas tecnológicas que compõem as rotas e demandas diretas do setor de petróleo e gás em seus projetos", afirma.

No setor ambiental, são feitas desde análise de resíduos industriais até análise de amostras dos primeiros óleos do pré-sal. Na área de materiais, há desde ensaios laboratoriais destrutivos e não destrutivos até pesquisa aplicada, por exemplo, na área de corrosão. No campo da automação, são testadas em ambiente simulado as condições de operação *offshore*. Além disso, estão sendo desenvolvidos 14 novos simuladores para atender às novas plataformas do pré-sal.



Fabiano Veneza

Laboratório do CTS Solda: novos equipamentos voltados para a indústria de petróleo e gás

O Sistema FIRJAN tem projetos que contemplam parcerias para o fortalecimento da engenharia básica e a inovação tecnológica. "Temos com a ONIP um acordo de cooperação para estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação nas empresas, utilizando os Centros de Tecnologia SENAI (CTSs), com o objetivo de promover o aumento do conteúdo local", explica Alexandre dos Reis, diretor de Relações com o Mercado do Sistema FIRJAN.

O superintendente de Inovação da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Carlos Camerini, assinala que há três modelos para a implantação de projetos estruturantes voltados à inovação. O primeiro, na área industrial, é mais abrangente e visa agrupar empresas de determinado segmento em um Arranjo Produtivo

Local (APL), com o objetivo de torná-lo mais competitivo. O segundo é um modelo tecnológico, a exemplo do projeto Cluster Subsea do Rio de Janeiro, que visa a atrair para o estado do Rio fabricantes e subfornecedores de equipamentos submarinos.

O terceiro modelo consiste em definir um equipamento que, por uma característica específica, gera avanço tecnológico. Um exemplo é o robô submarino, que custa cerca de US\$ 4 milhões. Do tamanho de um automóvel, ele é importado e há no mínimo 40 deles em operação no país.

"O propósito dos projetos estruturantes é criar um ambiente favorável à inovação no estado do Rio, de forma a tornar as indústrias mais competitivas. Entendemos que a competitividade passa pela inovação", conclui Bruno Gomes.

PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL APRIMORA CURSOS DO SENAI PARA PROFISSIONAIS DE DRILLING

O Sistema FIRJAN estabeleceu uma parceria com a International Association of *Drilling Contractors* (IADC), instituição internacional especializada na melhoria da performance da indústria de perfuração de petróleo e gás. O principal objetivo é analisar os grandes desafios do desenvolvimento de competências dos profissionais que atuam no segmento, segundo o gerente executivo da unidade SESI/SENAI em Macaé, Luiz Campino.

Ele explica que alguns cursos do SENAI foram submetidos a análise e avaliação das empresas integrantes da IADC, para que verificassem se estavam sendo desenvolvidas as competências consideradas indispensáveis para os profissionais da área de perfuração.

“Percebemos que nossos cursos atendem às expectativas das empresas de *drilling* (perfuração), mas merecem alguns ajustes. Por isso, estamos montando comitês técnicos e setoriais para revisão de três cursos específicos que pretendemos lançar para o mercado, já revisados, até outubro deste ano”, ressalta. Os cursos são os de plataformista; de hidráulica para mecânicos de manutenção; e de manutenção e operação de bombas de lama.

De acordo com Campino, a indústria de petróleo e gás se movimenta muito rapidamente e tem uma grande capacidade de atualização.



Banco de imagem/Stock

FIRJAN e IADC: parceria para qualificação profissional no setor de petróleo e gás

“O maior desafio é acompanhar essa atualização”, assinala.

Por sua vez, o presidente da Comissão Municipal da FIRJAN em Macaé, Marcelo Reid, assinala que a IADC é uma entidade que, no Brasil, concentra 90% de suas atividades em Macaé.

“A primeira coisa que fizemos foi aproximar a IADC da Comissão Municipal de Macaé. A comissão é um braço da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense. Fazemos reuniões mensais para encontrar soluções, juntamente com outras entidades, para o desenvolvimento econômico sustentável de Macaé”, explica Reid.

De acordo com Reid, a IADC já atua em Macaé há dez anos: “Convidamos a IADC a participar

de nossas reuniões, e, a partir daí, criou-se um ambiente favorável a uma maior aproximação da entidade com o Sistema FIRJAN. Consolidamos forças e contamos hoje com uma entidade bastante conceituada internacionalmente, que chancela os cursos que estão sendo desenvolvidos agora”.

O vice-presidente executivo da IADC, Mark Denkowski, destaca que o esforço para aprimorar a qualificação dos profissionais que trabalham com sondas de perfuração vai continuar, contribuindo para o aumento de produtividade por parte das empresas do setor de óleo e gás. “Estamos ansiosos para dar continuidade a esse trabalho em parceria com nossos colegas do Brasil e incentivá-los a continuar nesse caminho”, diz.